

Escolarização pública de jovens pobres e a (re)produção de desigualdades

Apoliana Regina Groff

PEREGRINO, Mônica. *Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 328p.

O livro de Mônica Peregrino é resultado de sua pesquisa de doutorado, defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Ganhadora, à época, do Prêmio Capes para teses na área da educação, a obra entrelaça o estudo da expansão e da universalização da escola pública no Brasil e a análise das trajetórias escolares da juventude pobre, percorrendo as décadas de 1970, 1980, 1990 e o ano de 2005. A pesquisa busca desvendar as relações existentes entre a reprodução das relações sociais de produção e as formas de escolarização daí resultantes, utilizando Bourdieu e Passeron como referencial teórico principal e a etnografia como metodologia.

O texto está dividido em duas grandes partes. A Parte I trata “Do campo e da teoria”, e a Parte II das “Trajetórias desiguais na escola”. Mônica Peregrino, ex-professora e moradora do bairro onde se situa a escola objeto do estudo, inicia a Parte I do livro problematizando sua posição como pesquisadora. Em sua pesquisa, uma escola pública localizada na cidade do Rio de Janeiro é tomada como espaço de observação. A autora se dedica a olhar para os aspectos que envolvem o seu entorno, bem como faz um mergulho no interior da instituição, realizando levantamento de dados sobre as trajetórias dos alunos.

Inicialmente, duas são as dimensões da escola analisada por ela: a espacial – o entorno mais imediato, o bairro e a praça em frente à escola; e a dimensão temporal – as enchentes de 1988 que acometeram a localidade e fizeram da escola um abrigo temporário para os desabrigados. No que se refere à dimensão espacial, a praça, situada em frente à escola, é um dos principais espaços públicos de lazer

da localidade e funcionou quase como o microcosmo do bairro, pois revela “o abismo que pode ser construído entre sujeitos em posições de ligeira desigualdade (os favelados e não favelados do bairro)” (Peregrino, 2010, p. 38). Para ampliação do seu olhar sobre a dimensão temporal, realizou entrevistas com diversos atores que testemunharam as enchentes de 1988. Esse evento assumiu grande importância em seu estudo, pois, a partir das diferentes versões dadas pelos entrevistados sobre a utilização da escola pelos desabrigados, ficou evidente o conflito de classes presente na época, assim como seus efeitos nos olhares sobre a escola na atualidade.

Depois de descrever o campo, a autora expõe o quadro teórico utilizado. Com base na compreensão de Bourdieu e Passeron (1975) de que “à escola (dentre outras instituições) cabe a reprodução das relações sociais de produção” (p. 54), Peregrino alarga a formulação bourdiana sobre a escola ao tomar como pressuposto a noção ampliada de reprodução contida nas reflexões de Lefèbvre. Desse modo, argumenta que, ao mesmo tempo em que há o sucateamento de instituições de ensino que recebem as classes populares, há um incremento de nichos de excelência que formarão as classes dominantes. Ao delimitar seu arcabouço teórico, a autora se dedica a tensionar o uso da noção de exclusão e percorre alguns autores que lhe ajudam a olhar as novas armadilhas contidas na utilização do termo. Para Martins (1997), o que existe não é exclusão, mas inclusão subordinada, precária ou degradada, pois a exclusão seria um momento constitutivo das formas de inclusão no capitalismo; para Oliveira (1998), a exclusão refere-se ao descarte de um contingente populacional que, já vulnerabilizado pelas marcantes desigualdades estruturais, não cabe na lógica das políticas neoliberais. Essas compreensões levam a autora a olhar para as novas desigualdades produzidas pelo processo de reprodução ampliada do capital e a posicionar a escola nesse campo de embates. “Se a escola é um direito, como entender a permanente ‘recusa’ de escolarização para a imensa maioria dos jovens e crianças brasileiros, mesmo que essa recusa passe pela ‘entrada’ na escola?” (Peregrino, 2010, p. 80).

A escola republicana nasce no Brasil para atender aos interesses das elites, sendo um lugar destinado aos filhos das classes dirigentes. Aos filhos dos trabalhadores pobres restava o controle e a tutela da Igreja e da polícia, ambas a serviço do Estado. Com o processo de industrialização do País, por volta da segunda metade dos anos 1920, esse modelo de escolarização encontra os seus limites na necessidade de formação para as novas formas de trabalho que surgiam, e a solução encontrada foi a expansão precária do sistema de ensino. Com as contribuições de Anísio Teixeira, a autora aponta que, nesse processo de expansão, o carácter integrador da escola foi subtraído, dando legitimidade social para grupos dominantes e eliminando da escola, seja por “repetência, evasão ou abandono”, grupos populares que a ela tinham acesso.

Ao tratar da instituição escolar durante a ditadura militar, Peregrino mostra como a expansão e a reforma do ensino nesse período, antes de garantir a inserção no mercado de trabalho, criou a expectativa de inclusão dos estudantes pobres como forma de regulação destes. Para fechar a primeira parte do livro, ela aborda a década de 1990, salientando que a expansão da escolarização fundamental, tendo em vista

a sua universalização nesse período, constitui-se em “um híbrido de escola degradada e instituição assistencial” (Peregrino, 2010, p. 97). À medida que a escola pública se expande e nela adentra toda uma população cujo direito à educação, até então, era negado, ela também se degrada e vai sendo desqualificada, criando novas trajetórias no interior do espaço escolar e configurando novas desigualdades nos processos de escolarização.

Na Parte II, a autora inicia uma complexa análise da trajetória dos jovens pobres na escola estudada. Ainda na época em que era professora na escola em questão, Peregrino já observava que havia distintos grupos de turmas ocupando posições diversas: pelo tipo de sala, pelo acesso pleno, precário ou obstruído aos livros didáticos, tipo de disposição do professor envolvido no processo de ensino/aprendizagem. Ou seja, as turmas configuravam lugares sociais estabelecidos dentro da instituição escolar. Ela passa a defender, então, que “as turmas”, como espaços sociais reificados, são lugares capazes de agregar valores diferentes aos processos de escolarização” (Peregrino, 2010, p. 111).

Tomadas como unidades de análise, “as turmas” ganham centralidade em seu estudo com o objetivo de compreender as mudanças nas manifestações das desigualdades no interior da escola, abarcando, num primeiro momento, as últimas três décadas do século 20. Para tanto, a pesquisadora percorre a trajetória de alunos durante todo o curso ginásial (da 5ª à 8ª série), os turnos (manhã, tarde, noite) em que o processo de escolarização aconteceu, bem como analisa a condição social dos alunos, tendo basicamente dois critérios: o local de moradia e a profissão dos pais.

Para estabelecer um quadro comparativo dos desiguais em cada uma das décadas analisadas, Peregrino divide o conjunto dos alunos em dois grupos: o grupo dos “extremos” e o grupo dos “não extremos”. O primeiro é composto por alunos moradores das favelas circundantes à escola, cujos pais exercem trabalhos manuais não especializados; o segundo grupo agrega alunos de classe média, moradores do “asfalto”, sendo os pais trabalhadores não manuais. Ao analisar as trajetórias dos alunos na década de 1970, a autora observa que havia uma clara pressão seletiva – a ação de um conjunto de critérios de julgamento escolar sobre os diferentes grupos sociais na escola – sobre os “extremos” em todos os turnos e séries, demarcando claramente a divisão entre classes na escola. O agrupamento de jovens pertencentes aos grupos dos “extremos” e mais velhos de todas as turmas e séries se concentrava no turno da noite, criando assim dois tipos de escola, sendo o turno da noite a escola dos pobres.

Na década de 1980, época de disputa entre projetos pela democratização da escola, ocorre a entrada de um contingente significativo de jovens pobres na escola pública. Ao mesmo tempo, é nesse período que a autora observa que a seletividade passa a ser ainda mais intensa. Os anos 1980 são marcados pelos altos índices de repetência e evasão escolar, contudo, a classe média abandona a escola pública em busca de instituições mais seletas. Os mecanismos de seleção e de segregação permanecem e, se na década de 1970 ela se dava no isolamento dos “extremos”

no turno da noite, na década de 1980 a seletividade se dá em relação às turmas. A parcela dos “não extremos” passa a ocupar, principalmente, as primeiras turmas de cada uma das séries, enquanto os jovens pobres são agrupados nas últimas.

Na década de 1990, a escola passa a atender predominantemente crianças e jovens pobres, porém, a seletividade passa a ser muito mais controlada do que na década anterior. A escola também passa a agregar finalidades assistenciais à sua função, o que a torna cada vez mais degradada. Esse período atualiza os mecanismos institucionais das décadas anteriores e sua peculiaridade está em separar os “não extremos” em algumas turmas, com exceção de duas, no turno da manhã, segregando os “extremos” predominantemente em turmas no turno da tarde.

Num segundo momento, a autora desenha um quadro das novas desigualdades no interior da escola a partir de levantamentos de dados referentes aos alunos matriculados da 5^a à 8^a séries no ano de 2005, considerando local de moradia, faixa etária, migrações, repetências, abandonos, frequência a projetos, e registros do ensino primário, quando estes existiam. Peregrino observa que a escola ainda reproduz a ordem de vulnerabilidades e das hierarquias sociais, multiplicando as desigualdades ao exercer pressão seletiva, mais uma vez, sobre aqueles cujas trajetórias são marcadas, principalmente, pela repetência. A pesquisadora se dedica ainda, no final da Parte II, à análise do corredor da escola, onde observa as diferentes formas de sociabilidades que marcam cada turno, bem como os mecanismos de controle da escola e suas fragilidades institucionais.

A pressão seletiva sobre o processo de escolarização pública dos jovens pobres é uma marca desde a década de 1970. Desse modo, frente a possibilidades desiguais de enraizamento na escola, “trajetórias desiguais demarcam a diferença entre ‘habitar’ a escola e ‘escolarizar-se’” (Peregrino, 2010, p. 317). Por fim, considera que os mecanismos históricos de seleção escolar têm criado segregação não somente espacial, mas também posicional, além de, principalmente, “institucionalidades” desiguais dentro de uma mesma escola, transformando desigualdades sociais em desigualdades “escolares”.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

MARTINS, J. S. *Exclusão e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREGRINO, Mônica. *Trajетórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Apoliana Regina Groff, doutora em Psicologia (Práticas Sociais e Constituição do Sujeito) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio doutoral na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) em Buenos Aires, Argentina, com bolsa Capes, é pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais: Relações Éticas, Estéticas e Processos de Criação (Nupra/PPGP), da UFSC, e assessora de pesquisa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12).
poligroff@gmail.com